

Ata nº 52 (cinquenta e dois)

Aos vinte e nove dias do mês de Maio do ano dois mil e catorze, pelas doze horas, na Avenida Defensores de Chaves, nº 6, 5.º andar, em Lisboa, reuniu a Assembleia Geral Anual da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA, com sede naquele local, encontrando-se presentes todos os membros da Mesa da Assembleia Geral, Licenciados Elsa Maria Roncon Santos, Bernardo Xavier Alabaça e Maria Luisa da Silva Rilho, do Conselho de Administração, Licenciados Pedro Macedo Santos Ferreira Pinto, Carlos Manuel Durães da Conceição, José Manuel Pereira Mendes de Barros, Fernanda Maria Mouro Pereira, Maria João Dias Pessoa de Araújo e Pedro Miguel Nascimento Ventura, bem como o Fiscal Único, Grant Thornton & Associados, SROC, representada pelo ROC efetivo Carlos António Lisboa Nunes e pelo ROC suplente Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes. -----

O acionista único, Estado Português, encontrava-se representado pela Licenciada Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro, nos termos do despacho número 984/14 - SET, de 29 de Maio de 2014, da Secretária de Estado do Tesouro. -----

A Presidente da Mesa verificou estar representada a totalidade do capital social, pelo que considerou estarem reunidas as condições de funcionamento da Assembleia Geral, podendo esta deliberar sobre todos os assuntos para que foi convocada, nos termos da lei, designadamente o artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, e dos Estatutos. -----

Declarando aberta a sessão, a Presidente da Mesa saudou todos os presentes e procedeu de seguida à leitura da ordem de trabalhos previamente consensualizada: -----

“1.º Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, que inclui o Relatório Financeiro e o Relatório do Governo da Sociedade, e demais documentos de prestação

ACTAS

Folha 49

de contas consolidadas e separadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013; -----

2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados; -----

3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade; -----

4.º Deliberar sobre a declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos sociais para 2014; -----

5.º Outros assuntos.” -----

Relativamente ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos**, foi dada a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, o qual começou por realçar encontrar-se a apresentar um exercício em que ele próprio não estava em funções. O ano de 2013 foi um ano de grande atividade, destacando-se como principais operações: -----

- Fecho da operação correspondente à alienação da totalidade do capital social da ANA, gerando uma receita líquida de cerca de 1,100 M€; -----
- Alienação de ações EDP correspondentes a 4,144% do capital, através da colocação em mercado junto de investidores institucionais; -----
- Privatização de 70% do capital dos CTT, geradora de uma receita de cerca de 519,5 M€; -----
- Alienação ao Tesouro da totalidade do capital da ENVC-Sociedade Imobiliária, SA; -----
- Lançamento da privatização da EGF, empresa do Grupo AdP; -----
- Aquisição ao Estado de um conjunto de participações de valor global superior a 1.200 M€. -----

Relativamente ao cumprimento das orientações emanadas do Governo, entendeu de salientar: -----

- A redução do endividamento em cerca de 560 M€, que representa uma diminuição de aproximadamente 12% face a 2012, que é apreciável e vai ser para continuar; -----
- O agravamento da taxa média do financiamento de 4,05% para 4,58%, o que considerou não ser muito gravoso face à evolução do mercado; -----
- A redução dos gastos com os Fornecimentos e Serviços Externos de cerca de 16,7%, o que é um esforço apreciável face a 2010; -----

- A redução do prazo médio de pagamento em cerca de 21,62% face a 2012, tendo estabilizado o PMP em torno dos 20 dias; -----
- Entrega ao Estado de 1.459,4 M€ a título de receitas de operações de reprivatização e de 50 M€ a título de dividendos; -----
- O Resultado líquido do exercício cifrou-se em 585,3 M€, superior portanto ao registado em 2012 (463,3 M€), dos quais 524 M€ respeitam a mais-valias na operação de alienação da ANA; -----

Quanto às perspetivas para 2014, apresentou como mais significativas as seguintes: ----

- A conclusão da privatização da REN com a alienação de 11% do capital social (9,9% da Parpública e 1,1% da CGD) e que deverá estar finalizada dentro do próximo mês e meio; -----
- Promoção da redução do endividamento; -----
- Promover o equilíbrio da dívida e do respetivo impacto a dois anos e assegurar o necessário financiamento para 2014 e 2015 através de uma operação obrigacionista, aproveitando-se as melhores condições de mercado e a evolução favorável das taxas de juro; -----
- A integração da PARPÚBLICA no perímetro das contas públicas no âmbito do Orçamento do Estado para 2015, o que vai obrigar a um investimento de cerca de 150 milhões de euros, que tem sido adiado nos últimos anos, mas que agora será indispensável face aos novos procedimentos compatíveis com as regras e sistemas da contabilidade pública, que a empresa tem de assegurar em paralelo com os que se encontram em utilização. -----

Terminou com o agradecimento a todos os que exerceram funções na Empresa em 2013 e cuja atuação conduziu aos bons resultados obtidos. -----

A Presidente da Mesa agradeceu ao Presidente do CA a sua intervenção, inquirindo se mais alguém se queria pronunciar. -----

O administrador executivo Carlos Durães da Conceição fez questão de agradecer as palavras finais de elogio por parte do Presidente do CA, referindo que a síntese da atividade por ele apresentada reflete muito bem o que se encontra explanado no Relatório. -----

A Presidente da Comissão de Auditoria, Dr.^a Fernanda Mouro Pereira, declarou que, dada a renúncia do Dr. Mário Donas, Presidente da Comissão de Avaliação durante o exercício de 2013, e que não foi entretanto substituído, se pronunciava também em

ACTAS

Folha 50

nome desta última Comissão, cujo Relatório foi elaborado pelos membros não executivos do Conselho de Administração. -----

Não tendo sido celebrados contratos de gestão entre os administradores executivos e o Estado, a apreciação da gestão foi efetuada tendo em conta as orientações estratégicas gerais para a globalidade do SEE e os princípios de boas práticas de governo societário.

Assim, a Comissão de Avaliação: -----

- Apreciou favoravelmente o desempenho da Comissão Executiva e de cada um dos seus membros, considerando que a sua ação foi desenvolvida de forma adequada; -----
- Verificou que a empresa cumpriu as obrigações de redução remuneratória legalmente prevista; -----
- Verificou que a empresa cumpriu as obrigações de divulgação de informação conforme o artigo 53.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e elaborou o Relatório do Governo Societário. -----

No que concerne à Comissão de Auditoria, referiu que o ano de 2013 colocou desafios adicionais, pelo facto de a PARPÚBLICA ter estado seis meses sem presidente, bem como algum tempo sem a nomeação do ROC e Auditor Externo, tendo os respetivos membros estado presentes, por inerência de funções, nas reuniões do Conselho de Administração. -----

Ao longo do exercício, a Comissão de Auditoria esteve particularmente atenta: -----

- Ao cumprimento das obrigações legais e das normas das entidades de supervisão; -----
- Ao cumprimento das boas práticas de governo societário; -----
- À gestão dos mecanismos de deteção de irregularidades; -----
- Aos sistemas de controlo interno e gestão de riscos da atividade, na holding e nas empresas participadas. -----

A Comissão deu ainda continuidade ao programa acordado com o Conselho de Administração de realização de auditorias internas às participadas com o objetivo de conhecer o funcionamento interno das empresas e de fiscalizar a eficácia, qualidade e integridade dos sistemas de controlo interno e cumprimento das normas e

procedimentos estabelecidos para mitigar os riscos de atividade, bem como da avaliação desses riscos. -----

Tendo acompanhado os trabalhos de elaboração das contas do exercício, a Comissão de Auditoria considerou que os procedimentos efetuados foram corretos, que as contas refletem a situação real da empresa e que merecem a aprovação do acionista. -----

O Revisor Oficial de Contas, Dr. Carlos Lisboa Nunes, remeteu para as Certificações Legais, realçando que não existem reservas nem ênfases nas contas individuais e que as ênfases das contas consolidadas derivam de uma das participadas, nada mais tendo a acrescentar. -----

A Presidente da Mesa agradeceu todas as intervenções, dando de seguida a palavra à representante do acionista Estado, a qual aprovou o relatório do Conselho de Administração, que inclui o Relatório financeiro e o Relatório do Governo da Sociedade, e demais documentos de prestação de contas consolidadas e separadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, atentas as ênfases na Certificação Legal às contas consolidadas. -----

Quanto ao **ponto 2 da convocatória**, a representante do acionista único, Estado Português, propôs e votou favoravelmente que o resultado líquido apurado no exercício, no montante de 585.350.685,51 € (quinhentos e oitenta e cinco milhões trezentos e cinquenta mil seiscentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos), seja aplicado da seguinte forma: -----

- Distribuição de dividendos ao acionista – 50.000.000,00 € (cinquenta milhões de euros); -----

- Transferência para resultados transitados – 535.350.685,51 € (quinhentos e trinta e cinco milhões trezentos e cinquenta mil seiscentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e um cêntimos). -----

No que respeita ao **ponto 3 da ordem de trabalhos**, a representante do acionista Estado propôs e aprovou um voto de confiança no Conselho de Administração, e em cada um dos seus membros, e no Revisor Oficial de Contas. -----

Relativamente ao **ponto 4 da convocatória**, a representante do Estado aprovou a “Declaração do Conselho de Administração sobre Política de Remuneração dos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), SA”, em cumprimento do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, que se anexa e fica a fazer parte integrante desta Ata. -----

ACTAS

Folha 51

No que concerne ao **ponto 5 da ordem de trabalhos**, a representante do acionista declarou não haver qualquer outro assunto a ser objeto de deliberação do acionista. -----
Assim, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, por volta das doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente Ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Geral. -----

A Presidente



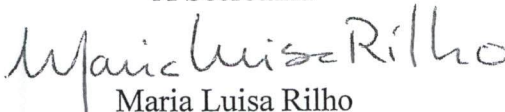
Elsa Roncon Santos

O Vice-Presidente



Bernardo Xavier Alabaça

A Secretária



Maria Luisa Rilho